



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/MG

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

1. LEGENDAS DO PROJETO BÁSICO

1.1. Os textos grifados com a cor VERMELHO exemplo referem-se às informações inseridas e que não constam, explicitamente, no modelo de Projeto Básico da AGU.

1.2. Os textos grifados com a cor AZUL exemplo referem-se às informações modificadas do modelo de Projeto Básico da AGU.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Considerando o Projeto Básico SEI nº 20034399

2.2. Seguem as justificativas necessárias para a caracterização do tipo de serviço a ser contratado bem como a modalidade do Ato Convocatório.

3. DO OBJETIVO

3.1. PLANILHA RESUMIDA

Quantidade	Descrição do item	Localidade	Valor sem BDI	Valor Com BDI
1	Contratação de empresa especializada em /SE., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, EM PLATAFORMA BIM (Building Information Modeling), DA NOVA SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SERGIPE - SR/PF/SE, localizado na Rua Francisco Soares Nascimento, sem número. Bairro Coroa do Meio, Aracaju.	Aracaju/SE	R\$ 492.007,81	R\$ 604.511,83

3.2. O PRAZO DE EXECUÇÃO do contrato é de 300 (trezentos) dias, conforme cronograma, contados á partir da data da expedição da Ordem de Serviço.

3.3. O PRAZO DE VIGÊNCIA é de até **18 (dezoito) meses**, após a assinatura do contrato.

3.4. A contratação em tela adotará como regime de execução do contrato a EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL onde:

3.4.1. Como critério de aceitabilidade da proposta, somente serão admitidas as propostas com preço total igual ou inferior ao preço total estimado, bem como com preços unitários iguais ou inferiores aos preços constantes neste Projeto Básico.

3.4.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

3.4.3. As licitantes que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um) em quaisquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

3.4.4. Caso haja exigência de garantia contratual neste Projeto Básico, a exigência de patrimônio líquido não poderá ser cumulada (Súmula nº 275 do TCU), ficando válida, neste caso, apenas a garantia contratual.

3.5. A contratação em tela adotará como critério o MENOR PREÇO onde:

“É critério de julgamento utilizado pela Administração para seleção da proposta mais vantajosa” (TCU, LICITAÇÕES E CONTRATOS, 2010, p. 108).

3.5.1. Ressalte-se que o art. 45, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93 considera mais vantajosa para a Administração a proposta que o licitante apresentar “de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço”. Não bastasse ser vantajosa, a proposta deve contemplar todas as especificações do ato convocatório, o que se traduz em

menor dispêndio para administração pública, visto que o objetivo é alcançar os parâmetros mínimos de qualidade pelo menor preço.

3.6. A contratação em tela adotará a licitação na modalidade Tomada de Preços.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A necessidade da presente contratação encontra-se justificada no Documento de Formalização da Demanda nº 19931443, o qual reproduzo, em partes, a seguir:

4.2. A Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe foi instalada em Aracaju no dia 04 de junho de 1965, com a sede nas dependências da 19ª Circunscrição do Serviço Militar, na Av. João Rodrigues.

Mais recentemente a sede da SR/PF/SE chegou a ocupar, durante mais de cinco anos, um pequeno prédio na Rua Lagarto, nesta capital. O referido prédio era um pequeno hotel e totalmente inadequado para a dimensão da Superintendência até então.

Em 2005 ocorreu a mudança da sede da SR/PF/SE para o prédio que atualmente ocupa, na Av. Augusto Franco, 2260 – Siqueira Campos, uma edificação **também alugada** e que – ao longo de quase 2 décadas – vem se tornando também inadequado para o órgão. A inadequação se dá não apenas pelo crescimento do efetivo, mas principalmente pela degradação que a edificação vem sofrendo, pelas dificuldades existentes em efetuar reformas em prédios de particulares.

Com isso, se observa que a Polícia Federal sempre ficou acomodada em prédios adaptados para sua atividade, ou seja, sem jamais otimizar sua funcionalidade.

Assim, passados 56 anos desde sua chegada em terras sergipanas e com a destinação de uma área de cerca de 53.000m² em bairro nobre desta capital, é chegada a hora da Polícia Federal finalmente ter sua casa própria.

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Sergipe - SR/PF/SE tem sua sede em prédio alugado, situado na Avenida Augusto Franco, 2226 – Bairro Siqueira Campos – Aracaju/SE – CEP 49.075-100.

O terreno possui 11.570,42 m² de área total e uma área construída total de 2.282,07 m², além de área de circulação pavimentada de 4.452,75 m², também utilizada como garagem e pátio de veículos apreendidos. Conforme preconizado no Anexo II da Instrução Normativa nº 011/2005- DG/PF, a área mínima do terreno destinado à construção de Superintendência Regional é de 10.000 m² (ou 9.000 m² em áreas urbanas densamente povoadas), para prédios

verticalizados – o que não é o caso em questão. Essa observação evidencia que a atual sede está situada em um espaço bem aquém do necessário. Devido à falta de espaço físico, as delegacias de polícia administrativa (DELEMIG, DELEAQ e DELESP) ficam situadas no Aeroporto da cidade, distante 11 quilômetros da atual sede, e funcionam em situação precária.

Trata-se de prédio térreo com anexos, sem condição de ampliações e apresentando algumas deficiências, tais como:

1. Insuficiência de estacionamento e pátio para veículos apreendidos;
2. Local inadequado para armazenar munições e armas;
3. Falta de sigilo das atividades;
4. Estado precário das instalações;
5. Segurança orgânica precária;
6. Insuficiência de depósitos e arquivos;
7. Insuficiência de locais para depósito e guarda dos materiais;
8. Insalubridade de ambientes com a presença de mofo e mau cheiro devido à ausência de iluminação e ventilação naturais, somados aos recorrentes problemas de infiltrações;
9. Limitado número de salas;
10. Falta de local para treinamento de tiro e exames/testes de armas, munições e explosivos;
11. Alto custo com manutenções corretivas, etc.

4.3. A ideia de se projetar uma nova sede para a SR/PF/SE no terreno da União, situado na região da Coroa do Meio, nesta Capital, atende aos reclamos de economicidade, valorização dos bens da União, motivação dos recursos humanos e, principalmente de segurança dos ativos postos à serviço da Sociedade através da Polícia Federal. Concentrar todos os recursos humanos e material em um único local vai ao encontro da melhor eficiência e eficácia administrativa, otimizando os meios e provendo a sociedade de melhores e mais avançados serviços.

4.4. Assim, condescendente com a situações ora exposta, a Administração Central deu aval para construção da nova sede da SR/PF/SE, fazendo-se necessária a elaboração dos projetos, que deverão ser executados em plataforma BIM (*Building Information Modelling*), em atinência ao Decreto nº 9983/2019, de 22 de agosto de 2019, e, principalmente, aos seguintes benefícios: melhor qualidade geral do projeto; melhor integração entre as etapas, reduzindo os conflitos durante a construção; aproveitamento de elementos de projetos semelhantes anteriores, gerando consolidação de experiências e aprimoramento dos trabalhos; identificação e detalhamento dos elementos que compõem a obra; otimização na alteração dos projetos; melhor exatidão na quantificação dos insumos, e por conseguinte, melhor precisão no custo da obra, reduzindo a possibilidade de aditivos; facilitação da manutenção predial; dentre outros.

4.5. A contratação em tela encontra aderência ao Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos e Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura, bem como ao Objetivo Institucional: Promover a Cidadania e Ação Estratégica: Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão, preconizados na Portaria nº 4453/2014-DG/PF, de 16 de maio de 2014, publicado no BS nº 093/2014, que aprovou a atualização do Plano Estratégico 2010/2022. Ainda, encontra-se aprovada no Plano Anual de Obras - PLANOB para o biênio 2021/2022, conforme Processo SEI nº 08200.024248/2020-73, posteriormente modificado pelo Processo SEI nº 08310.002713/2020-78.

5. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Aspecto Funcional - Necessidade de adequado funcionamento dos sistemas da Polícia Federal, como um meio para que a mesma atinja os seus propósitos fins:

5.1.1. O Estado Democrático deve assegurar ao cidadão (brasileiro ou estrangeiro) residente no país, o respeito a sua integridade física e patrimonial. Para cumprir essa função, o Estado-Administração tem a sua disposição os órgãos policiais, que também podem ser denominados Forças de Segurança. Os agentes policiais atuam na preservação da ordem pública em seus diversos aspectos, garantindo aos administrados os direitos assegurados pela Constituição Federal.

5.1.2. Segundo o art. 144, caput, CF, “A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I. Polícia

Federal; II. Polícia Rodoviária Federal; III. Polícia Ferroviária Federal; IV. Polícias Civis; V. Polícias Militares e Corpos de Bombeiros militares”.

5.1.3. A Polícia Federal merece especial atenção, pois diferente das outras forças policiais ela exerce com exclusividade o papel de Polícia Judiciária da União, aumentando então sua responsabilidade como agente central da democracia.

5.1.4. A missão da Polícia Federal é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais subscritos pelo Brasil (art. 5º, § 2º, da CF). Essa atividade exige preparo dos integrantes das Corporações Policiais e capacidade operacional para pronto atendimento.

5.1.5. O objeto de contratação trata de serviço de engenharia ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, EM PLATAFORMA BIM (Building Information Modeling), DA NOVA SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SERGIPE - SR/PF/SE. Como citado anteriormente, a Polícia Federal tem que estar pronta para assegurar o exercício dos direitos e garantias fundamentais ao cidadão, neste contexto, a interrupção de qualquer um dos sistemas objetos do contrato acarreta em perda operacional desta corporação.

5.2. Plano Anual de Obras

5.2.1. A contratação do Projeto Executivo para obra da Nova Sede da SR/PF/SE está contemplada no PLANOB 2020/2021 sob o código SE-2021-06

6. DO SERVIÇO NÃO COMUM DE ENGENHARIA

6.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço NÃO comum de engenharia.

6.1.1. Considerando a Nota Técnica do CONFEA Decisão PL -074/2007:

"Doutrinariamente bem se posiciona o professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Benedito Porto Neto, ao dispor sobre a aplicação da Lei nº 10.520, de 2002 ao concluir que os serviços de Engenharia podem ser contratados por pregão somente quando não haja pagamentos vinculados às etapas de sua execução e desde que o atendimento das especificações definidas em contrato possam ser aferidas por leigos na área, uma vez que esta modalidade foi instituída com o objetivo de agilizar o processo de contratação e ampliar a competição entre os interessados no contrato, assegurando à Administração Pública a possibilidade de rejeitar de imediato os bens e serviços em desacordo com as especificações definidas em contrato, antes de qualquer pagamento por eles." Nota Técnica Informativa - Decisão PL -074/2007- CONFEA

"Constata-se assim que todo serviço de Engenharia possui certo grau de complexidade que inviabiliza sua contratação por meio da licitação na modalidade pregão, segundo os critérios estabelecidos pela própria Lei nº 10.520, de 2002, uma vez que, genericamente, seus padrões de desempenho e qualidade não podem ser objetivamente definidos pelo edital e o resultado final não é passível de ser atestado por pessoas dotadas apenas de senso comum, sem a realização de investigações pormenorizadas." Nota Técnica Informativa - Decisão PL -074/2007- CONFEA.

"Deste modo, infere-se que a caracterização do que seja um serviço comum de Engenharia é o ponto de divergência entre o posicionamento legal e o técnico, uma vez que a Lei nº 10.520, de 2002, ao utilizar o termo “comum”, sem, contudo, defini-lo tecnicamente, permitiu que serviços técnicos especializados das áreas da Engenharia, Arquitetura e Agronomia fossem comparados, para fins de contratação, a serviços de

limpeza e de conservação de imóveis, por exemplo." Nota Técnica Informativa - Decisão PL -074/2007- CONFEA

6.1.2. Considerando a Resolução 1.116 de 26 de Abril de 2019 CONFEA:

"Art. 1º Estabelecer que as obras e os serviços de Engenharia e de Agronomia, que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, são serviços técnicos especializados.

§ 1º Os serviços são assim caracterizados por envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, por abarcarem risco à sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por sua complexidade, exigindo, portanto, profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições.

§ 2º As obras são assim caracterizadas em função da complexidade e da multiprofissionalidade dos conhecimentos técnicos exigidos para o desenvolvimento do empreendimento, sua qualidade e segurança, por envolver risco à sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por demandar uma interação de concepção físico-financeira que determinará a otimização de custos e prazos, exigindo, portanto, profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições."

6.1.3. Considerando a Decisão PL2467/2012 CONFEA:

"... tecnicamente existe diferenciação entre serviços comuns e não comuns no âmbito da Engenharia ou da Agronomia, pois serviços que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a obrigatoriedade de emissão da devida ART perante o Crea, tais como projetos, consultoria, fiscalização, supervisão e perícias, jamais poderão ser classificados como comuns, dada a sua natureza intelectual, científica e técnica, fatores que resultam em ampla complexidade executiva, exigindo portanto profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições, conforme também detalha o art. 13 da Lei 8.666, de 1993, não se admitindo a sua contratação pela modalidade Pregão. "

6.1.4. Considerando as diferenças entre obra e serviço de engenharia, ora definidas pela lei 8.666/93:

"I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação"

6.1.5. Considerando o parecer 075/2010/DECOR/CGU/AGU:

"a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;

b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;"

6.1.6. Considerando o Parecer 00052/2019/DECOR/CGU/AGU:

"...são fartos os acórdãos do TCU que orientam no sentido da impossibilidade do uso do pregão para a contratação de serviços de engenharia consultiva, tal como a elaboração de projetos de engenharia, quando não possam ser enquadrados como comuns, e, portanto, não houver padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais. Para a Corte não são comuns os serviços de natureza predominantemente intelectual "em que a arte e a racionalidade humana são essenciais para a sua execução satisfatória. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos" (ACÓRDÃO n. 2471/2008- Plenário; Informativo de Licitações e Contratos TCU n. 54/2011; TC 033.681/2015-5; ACÓRDÃO Nº 6227/2016 – TCU – 2ª Câmara; ACÓRDÃO 2760/2012 - PLENÁRIO)"

Ainda, no mesmo parecer temos:

"Para o STJ, os serviços de projetos de engenharia e arquitetura exigem habilitação legal para sua elaboração, não podendo ser comuns, já que seu padrão de desempenho e qualidade não podem ser objetivamente definidos no edital. Destacou, ainda, que o valor dos serviços também pode indicar a complexidade do objeto. Assim, não caberia a utilização do pregão eletrônico devido à exigência de profissionais com alto nível de especialização, bem como em

face da impossibilidade de uma descrição exaustiva nessa modalidade de licitação de todas as peculiaridades e complexidade do objeto licitado."

6.1.7. Entende-se que somente profissionais da engenharia ou arquitetura conseguirão realizar as obrigações deste Projeto Básico visto que dever-se-ão seguir normas técnicas (NBR, CIE, etc), que demandam certo grau técnico de conhecimento e compreensão. Além disso o caráter multidisciplinar do objeto determina a participação de vários profissionais especialistas e devidamente habilitados.

6.1.8. Ainda em sintonia com a nota técnica do CONFEA, observa-se que serviços técnicos especializados de engenharia ou arquitetura não podem ser comparados com serviços comuns de manutenção ou limpeza. Nesse entendimento, observa-se que leigos na área não estarão aptos a aferir as especificações deste Projeto Básico.

6.1.9. Sacramentando esse entendimento o TCU decidiu que não são comuns os serviços de natureza predominantemente intelectual tal qual engenharia consultiva ou elaboração de projetos.

6.1.10. Por fim, podem-se considerar vários conceitos basilares que norteiam a caracterização de que o objeto dessa licitação tem a natureza de serviço NÃO COMUM de engenharia, quais sejam: multidisciplinariedade, impossibilidade de se obter uma plena padronização de quantidades e características, pois os serviços são assim caracterizados por envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, por abarcarem risco à sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por sua complexidade, além da exigência de profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições, entre outros.

6.1.11. Portanto, a área técnica recomenda que devem ser adotadas as providências necessárias para utilização da modalidade de licitação adequada à natureza de serviço NÃO COMUM de engenharia descrita / definida nesse Projeto Básico para prosseguimento de futuro certame licitatório.

7. DA MODALIDADE LICITATÓRIA

7.1. Ciente que o objeto de contrato trata de serviço não comum de engenharia, portanto não contemplado pela modalidade pregão.

7.2. Adotou-se a modalidade tomada de preços que segundo a Lei 8.666/93 é:

"Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação."

7.3. Fica facultada a administração a utilização de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, desde que tal condição esteja previamente estipulada no edital.

8. DO TIPO DE EMPREITADA

8.1. O regime de execução do contrato será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL onde:

"Empreitada por preço global. É a modalidade de licitação onde se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total, sendo mais aconselhável no caso de empreendimentos comuns, como escolas, pavimentação de vias públicas, edificações em geral. Durante a execução das obras, os critérios de medição para fins de pagamento são mais simples, feitos somente após a conclusão de um serviço ou etapa, pois seus quantitativos são pouco sujeitos a alterações" (TCU, OBRAS PÚBLICAS, 2014, p.89)

8.2. O objeto da contratação trata Projeto para construção de um nova edificação, os critérios de medição tem por base a entrega de etapas do projeto.

8.3. A execução do contrato, ainda que dividido em etapas, se dá com a entrega de todos os itens que compõem o objeto.

8.4. Os riscos do valor total do empreendimento, é transferido a empresa contratada.

9. DO NÃO PARCELAMENTO

9.1. Para o não parcelamento do objeto observa-se:

9.2. Ciente do entendimento da Advocacia Geral da União (AGU) que diz:

"O parcelamento, sempre que técnica e economicamente viável é obrigação e não faculdade do gestor. Logo a opção pela aglutinação deve ser especialmente fundamentada" (AGU, MANUAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, 2014, p.58).

9.3. Para o não parcelamento do objeto, destaca-se o seguinte:

9.4. É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (Acórdão TCU n 5.301/2013 – 2ª Câmara);

9.5. É favorável o agrupamento em lotes com itens de mesmas características, para fins de licitação, como forma de conferir maior competitividade ao certame (Decisão TCU nº 393/1994 – Plenário e Acórdão TCU nº 808/2003 – Plenário);

9.6. O elevado número de procedimentos para seleção poderia tornar bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração". Dessa forma, para o caso concreto, a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em lotes, com elementos de mesma característica. (Acórdão TCU nº 5.310/2013 – Segunda Câmara);

9.7. Ainda, o entendimento dos Tribunais de Contas tem sido o de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, e que "a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto" (Acórdão TCU nº 732/2008);

9.8. Segundo Carvalho Carneiro acerca do conceito de viabilidade técnica e econômica, o mesmo informa que "a viabilidade técnica diz respeito à integridade do objeto, não se admitindo o parcelamento quando tal medida implicar na sua desnaturação, onde em risco a satisfação do interesse público em questão".

9.9. O Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, ensina que:

"Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido".

9.10. Leciona, ainda, o Professor Jacoby que:

"a unicidade do objeto pode ser a sistemática mais adequada, pois mão de obra, materiais e equipamentos se licitados no processo tradicional, podem acarretar um possível descompasso entre os processos licitatórios, acarretando a solução de continuidade dos serviços e aumento do custo da gestão de diversos contratos, trazendo prejuízos à Administração e aos usuários". Além disso, "pela modalidade de solução integrada todos os investimentos são custeados pela empresa CONTRATADA, numa espécie de parceria público-privada na qual o investidor abarca o caráter empreendedor para prestar os serviços, liberando os servidores para o exercício das suas atividades fins".

9.11. Por fim, o ilustre mestre ainda discorre no mesmo Parecer mais algumas vantagens, tais como: a redução dos custos administrativos com várias licitações e dos custos gerenciais de vários contratos, maior possibilidade de negociação de preços com o pacote serviços + equipamentos, com a diminuição do valor estimado da licitação e taxa de administração, a eficiência dos equipamentos; a garantia da padronização dos serviços e o gerenciamento da logística de forma centralizada.

9.12. Portanto, para este Projeto Básico, torna-se inviável o parcelamento da solução, visto que as etapas de projeto são interdependentes o que aumentaria o risco de descontinuidade e a provocação de novos atos convocatórios. Aduz-se que a solução do problema, construção de uma nova delegacia, já está fracionada, pois o documento em tela trata de contratação para elaboração de projeto, e, estes ensejarão contratação de novas empresas quando da execução deste projeto.

10. DA ADMISSIBILIDADE DE ADITIVOS EM EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (EPG)

10.1. Como regra geral, mas sempre justificado, admite-se aditivo em contratos regidos por qualquer regime de execução contratual, tendo em vista que a Lei 8.666/93 não fez nenhuma distinção ou ressalva:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual."

10.2. Neste contexto, verifica-se situações que a possibilidade de celebração de aditivos em EPG dividem-se em dois grupos:

10.2.1. alterações de projeto propostas pela administração, fatos imprevisíveis e demais situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da lei de Licitações, em que é obrigatória a celebração de termo aditivo ao contrato de obra pública, respeitados os limites legais;

10.2.2. alterações contratuais decorrentes de erros de orçamentação, projetos ou quantitativos, em que se devem considerar os riscos que envolvem os contratos administrativos, sendo divididos, doutrinariamente, em álea ordinária e álea extraordinária (subdivididos em áleas administrativa e econômica).

10.2.2.1. Em relação a esses conceitos, pode-se dissertar conforme o Acórdão TCU n. 1977/2013-Plenário:

"68. A álea ordinária corresponde aos riscos normais de qualquer empreendimento e que devem ser suportados pelo contratado, como é o caso das pequenas variações de quantitativos, não, ensejando qualquer cobertura por parte do contratante, nos casos em que o contrato é celebrado no regime de preço global. A jurisprudência é pacífica ao atribuir o ônus das áleas ordinárias ao contratado [Por exemplo, o Acórdão nº 2005/0066286-7 de Superior Tribunal de Justiça, 2ª Turma, 17 de Abril de 2008 RECURSO ESPECIAL Nº 744.446 - DF (2005/0066286- 7)RELATOR:MINISTRO HUMBERTO MARTINS]. Caso se

permitisse a revisão pretendida, estar-se-ia beneficiando a contratada em detrimento dos demais licitantes que, agindo com cautela, apresentaram propostas coerentes com os ditames do mercado e, talvez por terem quantificado criteriosamente todos os serviços previstos no projeto, considerando-os em suas propostas, não apresentaram valor mais atraente.

69. A álea administrativa corresponde aos atos da administração, não como parte da relação contratual, mas sim como ente no exercício de seu poder extroverso (nos dizeres de Marçal Justen Filho), de imperium. A tais situações se aplica a teoria do fato da administração, o que acarreta integral indenização pelo contratante, uma vez que, por ato da Administração, houve desequilíbrio na equação econômico-financeira gerando indevido ônus ao contratado, o qual não deve ser por ele suportado.

70. A álea econômica corresponde a fatos globalmente considerados, conjunturais, naturais, cuja etiologia acaba por ser desconhecida, tais como as crises econômicas, desastres naturais e oscilações de câmbio. A tais situações se aplica a teoria da imprevisão, ensejando a partilha entre o contratante e o contratado dos prejuízos decorrentes de tais fatos. São situações às quais os contraentes não hajam dado causa e que provocam profundo desequilíbrio da equação econômico-financeira, acabando por tornar extremamente onerosa a execução do contrato para uma das partes.

71. Dessa forma, as grandes variações dos quantitativos, decorrentes de erros ou omissões nos orçamentos que não pudessem ser detectados pelas licitantes, podem ser considerados como álea extraordinária, enquadrando-se na teoria da imprevisão."

10.3. Salienta-se, oportunamente, da necessidade da definição dos seguintes conceitos

10.3.1. Subestimativas relevantes: quantitativos relevantes subestimados no orçamento base da licitação, omissões perceptíveis (entendidas como itens que estariam incluídos no serviço contratado por uma exigência lógica do próprio serviço ou pela inclusão em qualquer outro item do projeto básico: projetos, especificações, memoriais, etc);

10.3.2. Superestimativas relevantes: quantitativos superestimados que comprometam a observância aos princípios da economicidade, moralidade e probidade administrativas devem sofrer alteração contratual para reduzir os quantitativos inadequados, ajustando o montante total ao valor real, caracterizando superfaturamento de obras públicas e configurar ato de improbidade administrativa.

10.4. No caso de subestimativas relevantes, quando ocorrer uma omissão perceptível, em que o item estava no projeto, mas foi omitido do caderno de especificações, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal se pronunciou da seguinte forma sobre um caso concreto:

"Não se justifica a cobrança por serviços extraordinários, se a obra foi contratada por preço global, máxime se o item questionado achava-se claramente previsto no edital e nas plantas, apesar de omitido no caderno de especificações. Dúvida

que o empreiteiro poderia ter dirimido antes de se habilitar para a licitação. [TJDF. APC nº 3696195-DF. Registro do Acórdão nº 83421. DJ 17.abr.1996.p.5.588]."

10.5. Ainda, o Acórdão TCU n. 1977/2013-Plenário conclui no item 75 que a admissibilidade da celebração de aditivos em obras contratadas pelo regime de preço global, sob o argumento de quantitativos subestimados ou omissões

é situação excepcionalíssima, aplicável apenas quando não fosse possível ao licitante identificar a discrepância no quantitativo do serviço com os elementos existentes no projeto básico. Ainda cita que tal fato encontra-se positivado pela LDO 2013 (art.102, § 6º, inc. III):

"III - mantidos os critérios estabelecidos no caput, deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto básico, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;"

10.6. Por fim, para o fato concreto deve-se demonstrar que a subestimativa do quantitativo não é mera álea ordinária ou empresarial, presente em qualquer tipo de negócio, pois trata-se de risco que todo empreendedor corre por desenvolver atividade econômica no mercado (instável por própria natureza), e que, previsível, deve ser suportado exclusivamente pelo particular. Percebe-se que alterações nos quantitativos de serviços, por si só, não constituem hipóteses de álea extraordinária senão quando decorridos de algum evento imprevisível ou, se previsível, incalculável, cuja natureza inegavelmente fática torna imperiosa sua comprovação (Acórdão TCU n. 1977/2013-Plenário).

10.7. Para os casos em que houve subestimativa relevante dos quantitativos de alguns serviços e a contratada pleiteie aditivo por acréscimo de quantitativos ou inclusão de serviços novos, em regra os aditivos são vedados, pelo motivo de tal fato se constituir álea ordinária.

10.8. No caso de superestimativas relevantes, em que os quantitativos foram superestimados, a Administração Pública deve, de ofício, promover sua adequação mediante celebração de aditivo contratual. Admite-se que a contratada pleiteie a não redução do valor global do contrato comprovando haver outros serviços cujos quantitativos estão subestimados, promovendo-se a compensação entre os montantes financeiros.

10.9. Neste contexto, segundo a Orientação Técnica n. 04/2011 do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos, seguindo padrões internacionais (ICEC - International Cost Engineering Council), indica uma margem de erro de um orçamento de referência de aproximadamente 5% (cinco por cento) para um Projeto Básico quando caracterizada uma situação de utilização de EPG, ou seja: com todas as informações necessárias para a confecção de uma planilha orçamentária detalhada e disponíveis. Assim, esse parâmetro será o utilizado neste processo como critério médio de variação de risco de cada etapa do projeto.

10.10. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, pode ser efetuado aditivo contratual, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, o limite máximo de tolerância de erros de 10% do valor total do contrato, previsto no art. 13, inciso II, do Decreto n. 7.983, de 2013, em prestígio ao princípio da segurança jurídica, como ainda do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a' c/c art. 47, art. 49 e art. 65, inciso II, alínea 'd', todos da Lei 8.666/93.

11. DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO

11.1. Considerando o Art 1º da IN 73 de 5 de Agosto de 2020, que diz no inciso 1º; "O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia de que trata o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013".

11.2. Considerando o Art 1º do Decreto 7983 de 8 de Abril de 2013, que diz; "Este Decreto estabelece regras e critérios a serem seguidos por órgãos e entidades da administração pública federal para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União."

11.3. Considerando o Art 3º do Decreto 7983 de 8 de Abril de 2013 que diz: "O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil"

11.4. Considerando o Art 8º do Decreto 7983 de 8 de Abril de 2013 que diz ; "Na elaboração dos orçamentos de referência, os órgãos e entidades da administração pública federal poderão adotar especificidades locais ou de projeto na elaboração

das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado".

11.5. Considerando que utilizar um valor homem/hora, para cálculo de projeto, gera certo grau de incerteza, pois diferentes agentes podem inferir diferentes intervalos de tempo para finalizar a tarefa, verificou-se que o mais seguro é utilizar o método CEF para cálculo base do valor de PROJETO:

11.5.1. Método da CEF, que utiliza em sua fórmula os valores SINAPI de horas trabalhadas por categoria, mas que ao invés de determinar a quantidade de horas dispendidas em determinada tarefa, utiliza a grandeza área (m²) para realizar o cálculo pela quantidade de material apresentado.

11.5.1.1. Esse método acaba com as falhas de se inferir um número de horas trabalhadas, bem como com os possíveis aditivos delas provenientes.

11.6. Neste contexto, foi utilizado como meio de precificação de serviço a composição de custo de projeto utilizando a metodologia de cálculo da CEF, utilizando os custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI.

11.8. O Anexo III 20037211 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA demonstra e justifica os cálculos utilizados.

11.9. O Anexo III 20037211 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA também consolida os valores unitários obtidos ao se utilizar o método CEF.

12. DA EXIGÊNCIA DA VISTORIA

12.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá, se assim preferir, realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (79) 3234-8532 / 8558.

12.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

12.3 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

12.4 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD- ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

12.5 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

12.6 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

13. DA CAPACIDADE TÉCNICA

13. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

13.1. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

13.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

13.2.1. Certidão de Registro da empresa junto ao CREA/CAU;

13.2.2. Certidão de Registro do(s) responsável (is) técnico(s) junto ao CREA/CAU;

13.2.3. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de projetos de arquitetura/engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, todos executados na plataforma BIM (Building Information Modelling), a saber:

13.2.3.1. Elaboração de projetos executivos de arquitetura, incluindo

layout, de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de

5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

13.2.3.2. Elaboração de projetos executivos de estruturas e fundações de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

13.2.3.3. Elaboração de projetos executivos de instalações hidrossanitárias de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

13.2.3.4. Elaboração de projetos executivos de cabeamento estruturado (rede de dados e voz) de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

13.2.3.5. Elaboração de projetos executivos de instalações elétricas, incluindo rede estabilizada, automação e subestação, de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) e com potência mínima instalada de 225 kVA;

13.2.3.6. Elaboração de projetos executivos de climatização, ventilação e exaustão, de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) com utilização de sistema de expansão indireta (água gelada) utilizando chilers e fancoils, capacidade mínima 50 Trs; e

13.2.3.7. Coordenação geral de projetos envolvendo pelo menos as disciplinas de arquitetura, estruturas e fundações, instalações hidrossanitárias, cabeamento estruturado, instalações elétricas e climatização de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados).

13.2.4. Não será admitido somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a capacidade técnico-operacional exigida.

13.2.5. Quanto à capacitação técnico-profissional: apresentação de atestado(s) de responsabilidade técnica - ART ou registro(s) de responsabilidade técnica - RRT, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) de nível superior (engenheiros / arquitetos) executado para pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado de forma satisfatória, atividades pertinentes e compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da presente contratação, todos em plataforma BIM (Building Information Modeling), a saber:

13.2.5.1. Serviços de elaboração de projetos executivos de arquitetura, elaborado por arquiteto ou profissional com formação específica, incluindo layout de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

13.2.5.2. Serviços de elaboração de projetos executivos de estruturas e fundações, elaborado por engenheiro civil ou profissional com formação específica, de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

13.2.5.3. Serviços de elaboração de projetos executivos de instalações hidrossanitárias, elaborado por engenheiro civil/arquiteto ou profissional com formação específica, de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

13.2.5.4. Serviços de elaboração de projetos executivos de cabeamento estruturado (rede de dados e voz), elaborado por engenheiro eletricitista ou profissional com formação específica, de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

13.2.5.5. Serviços de elaboração de projetos executivos de instalações elétricas, incluindo rede estabilizada, automação e subestação, elaborado por engenheiro eletricitista ou profissional com formação específica, de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) ;

13.2.5.6. Serviços de elaboração de projetos executivos de climatização, ventilação e exaustão, elaborado por engenheiro mecânico ou profissional com formação específica, de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados),

13.2.6. Coordenação geral de projetos envolvendo pelo menos as disciplinas de arquitetura, estruturas e fundações, instalações hidrossanitárias, cabeamento estruturado, instalações elétricas e climatização de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados).

13.2.7. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:

13.2.7.1. O sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;

13.2.7.2. O administrador ou o diretor;

13.2.7.3. O empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e

13.2.7.4. O prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

13.2.8. Será admitido somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a capacidade técnico-profissional exigida.

13.2.9. A formação específica exigida em cada área será comprovada por meio de certificado de conclusão de curso de especialização, pós graduação, mestrado ou doutorado reconhecidos pelo MEC.

13.2.10. Concluindo, com base nos itens acima, adotou-se o percentual de 38,74 % para comprovação de capacidade técnica profissional (profissional habilitado) a ser contratado.

14. SUSTENTABILIDADE

14.1. Em observância a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 4 de junho 2014, os projetos básicos e executivos devem ser desenvolvidos visando, obrigatoriamente, à obtenção da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) Geral de Projeto classe de eficiência "A".

14.2. Ainda, a elaboração dos projetos, além de observar as características e condições do local de execução dos serviços ou obra e seu impacto ambiental, deverá considerar a possibilidade de utilização das seguintes soluções:

- uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- uso exclusivo de lâmpadas LED, fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- possibilidade de emprego de materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, de modo a diminuir os custos de transporte;
- facilidade e economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço;
- adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- acessibilidade; e

- economia da manutenção e operacionalização da edificação, redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Aracaju/SE, 24 de agosto de 2021.

ALVANTER GARCIA MORAIS

Perito Criminal Federal Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho
Registro Nacional: CREA-MS nº 130589084-1

BELMIRO CARDOSO DE OLIVEIRA

Agente de Polícia Federal Engenheiro Mecânico
Registro Nacional: CREA/MG nº 140706900-4

GLAYDSON MINEIRO AZEVEDO

Agente de Polícia Federal Engenheiro Civil
Registro Nacional: CREA/CE nº 061148735-7

FLÁVIO RODRIGUES FERRAZ

Agente de Polícia Federal Arquiteto e Urbanista
Registro Nacional: CAU/DF nº A57099-0

HENRIQUE ANTONIO MENESES XAVIER

Agente de Polícia Federal Engenheiro Civil
Registro Nacional: CREA/GO 101064209-0

LUIZ CONDI DE GODOI

Agente de Polícia Federal
Engenheiro Eletricista
CREA DF-18820/D



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE ANTONIO MENESES XAVIER, Agente de Polícia Federal**, em 24/08/2021, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALVANTER GARCIA MORAIS, Perito(a) Criminal Federal**, em 24/08/2021, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BELMIRO CARDOSO DE OLIVEIRA, Agente de Polícia Federal**, em 24/08/2021, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CONDI DE GODOI, Agente de Polícia Federal**, em 24/08/2021, às 21:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO RODRIGUES FERRAZ, Chefe de Serviço**, em 25/08/2021, às 07:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GLAYDSON MINEIRO AZEVEDO, Agente de Polícia Federal**, em 25/08/2021, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20029023** e o código CRC **1C5E7A7D**.